

Eixo temático: Linha 04 - Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Pesquisa concluída.

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA (1980-1990)

CARVALHO, Mônica Gomes de.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

monica.carvalho@unesp.br

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as práticas discursivas sobre gestão democrática no Brasil nos anos 1990. Sendo parte de uma pesquisa maior que analisou os rumos da teoria crítica da área da Administração escolar após o período crítico e as suas dificuldades em se constituir de modo não prescritivo, e ainda dando continuidade as preocupações advindas de pesquisa de iniciação científica cujo objetivo foi o de analisar as relações macro e micro nas pesquisas sobre gestão democrática no Brasil e as relações causais estabelecidas entre os discursos jurídicos, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a escola, esta pesquisa parte da seguinte indagação: quais são as práticas discursivas que compõem o discurso sobre gestão escolar no Brasil ? E como referencial teórico e metodológico indica textos de Michel Foucault e livros da área da Administração escolar reunidos a partir dos anos 1990 a partir do termo gestão democrática para lhe descrever as regras de formação discursivas para que seja possível compreender os modos de produção, apropriação e circulação destes discursos cujo efeito é a de formação de um regime de verdade que atua na área formando as subjetividades que falam a partir deste discurso formativo da gestão democrática.

Palavras-chave: Administração escolar. Gestão escolar democrática. Práticas discursivas.

Introdução

Pode-se dizer que esta pesquisa dá continuidade as problemáticas produzidas no âmbito da pesquisa maior¹ desenvolvida no âmbito do CEPAE – Centro de Estudos e Pesquisa em Administração Escolar – cujo objetivo era analisar os rumos da teoria crítica da área da Administração escolar após período crítico dos anos 1980 e suas dificuldades em se

¹ Projeto integrado desenvolvido por pesquisadores de iniciação científica, mestrado e doutorado no âmbito do Centro de Estudo e Pesquisa em Administração da Educação (CEPAE) – UNESP-Marília.

constituir de modo não prescritivo, e ainda de outra pesquisa, de iniciação científica que procurou analisar em teses e dissertações publicadas entre 2005-2014, a gestão escolar democrática no Brasil, a presença das instâncias macro e micro e as relações estabelecidas entre elas, sendo a instância macro os discursos jurídicos obtidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a instância micro a escola.

Integrada a um projeto maior intitulado “A (re)configuração da área da Administração educacional/escolar no Brasil após período crítico dos anos 1980”, a pesquisa de iniciação científica² visou analisar, em teses e dissertações publicadas entre 2005-2014, a gestão escolar democrática no Brasil, a presença das instâncias macro e micro e as relações estabelecidas entre elas. Para tanto, pautou-se em questões como: o que se tem produzido sobre gestão escolar democrática no Brasil? Há predominância de estudos que vão à escola ou são mais presentes os estudos macro, que focalizam a legislação, prescrições oficiais, construção de teorias? Como os estudos estabelecem relações entre os âmbitos macro e micro? Constatou-se que estas relações na área da Administração educacional/escolar eram semelhantes àquelas desenvolvidas no âmbito de outra área, o currículo.

A partir das análises do campo do currículo, feitas por Lopes (2006, p. 627), percebeu-se que nesta área de saber as pesquisas ora estabeleciam relações causais a partir do âmbito macro, desconsiderando as possibilidades do cotidiano, dos sujeitos e suas ações “[...] como se os textos sejam eles livros, dispositivos legais ou parâmetros, não fossem reinterpretados e reinventados na prática [...]”, ora estabeleciam relações causais de modo inverso ao “[...] construir um determinismo às avessas [...]” com “[...] a microanálise gerando conclusões macro sem mediações” (LOPES, 2006, p. 628). E como textos que fugiam a essa lógica, Lopes (2006, p. 629) cita aqueles que estabeleciam relações entre as duas instâncias e que buscavam entender “[...] como propostas oficiais (federais, estaduais e municipais) são implementadas nas escolas”, porém, ela constata que a maioria deles também se configura como estudos prescritivos ao interpretarem que as definições de nível macro não se realizam porque encontram obstáculos nas vivências do nível micro, resultando em pesquisas que afirmam a necessidade de mudanças nesse último nível, para que o oficial/legal realmente se efetive.

A autora salienta ainda que isso acontece geralmente quando o pesquisador vai à escola, enquanto local de materialização das propostas, em busca da identificação e solução dos obstáculos que impedem sua concretização, evidenciando um desejo de realização, na

² Pesquisa intitulada Teses e dissertações sobre gestão escolar democrática no Brasil (2005-2014) financiada pela FAPESP (Processo 2015/25508-2).

prática, daquilo que de alguma forma já existe, mas em outro nível ou lugar. Dessa forma, tal como na área do currículo, as pesquisas em Administração escolar, segundo nosso recorte, seguiram essa mesma disposição enunciativa: a gestão escolar democrática, consagrada na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases de Educação (1996) era aquilo que deveria ser vivido nas escolas.

Dessa forma, tal como na área do currículo, as pesquisas em Administração escolar, segundo nosso recorte, seguiram essa mesma disposição enunciativa: a gestão escolar democrática, consagrada na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases de Educação (1996) era aquilo que deveria ser vivido nas escolas.

Além de Lopes (2006), naquele momento, lemos também o texto de Gallo e Figueiredo (2015, p. 26) que tornou possível deslocar o nosso estudo de uma compreensão do cotidiano como lugar – um princípio para sua concretização – para aquela do cotidiano escolar como “[...] uma região fronteira em que se manifestam concomitantemente práticas majoritárias em educação e expressões minoritárias de educação”, diferentemente do que era visto até então, o cotidiano como locus de aplicação de alguma proposta definida para além dos seus contornos. Em vez de “[...] lógicas obsessivamente detalhistas e já estabelecidas acerca do que é esse espaço nomeado cotidiano escolar [...]” (GALLO; FIGUEIREDO, 2015, p. 26, grifos dos autores), tratava-se de vê-lo coabitado por duas educações.

Sendo elas uma educação maior, conhecida, instituída, que impõe modos de fazer, regras e limites, que se preocupa, assim como o Estado, em conservar, guiar e valorar que só existe porque paralelamente existem práticas fugidias de uma educação menor que se materializa exteriorizando esta pressão interior de uma maioria requerida, e é justamente esta disputa-tensão que ocorre permanentemente no cotidiano da escola (GALLO; FIGUEIREDO, 2015, p. 26-27, grifos dos autores).

Por este caminho, entendemos que a dualidade macro e micro (LOPES, 2006) que apareceu nos textos de gestão democrática funcionou como um Aparelho de Estado segmentando as pesquisas, os objetos, os conceitos, a história e a subjetividade do pesquisador que, em uma relação de mando e obediência, aprendeu estes segmentos e os passou adiante e para outros, em conversas informais sobre gestão democrática, nas pesquisas acadêmicas sobre a temática, e/ou nas aulas sobre ela nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi obedecido e ordenado a tantos outros o quê e como pesquisar, com os segmentos postos em funcionamento no jogo político.

Desse modo questionamos a teoria que ali funcionou, porque “Qual pode ser a função de uma teoria que se questiona da materialização de um absoluto em diferentes lócus específicos? E mais ainda, que denuncia sentidos errados de uma forma correta?” E ali mesmo respondemos: “Talvez reprovações daquilo que não devolve a sua imagem seguida da validação de si mesma” (CARVALHO, 2017, p. 66).

A partir desse quadro, tornou-se incontornável a relação direta com a hipótese do projeto maior: há elementos constitutivos da teoria que a impedem a volta para si, em um processo autocrítico, no sentido de lançar novos horizontes para seu modo de pensar o conhecimento e sua própria construção, abrindo-se então um campo de interesse para a busca de outras relações entre teoria e prática que não aquela fundamentada no regime da prescrição. Prescrição percebida também por Souza (2006, p. 122), segundo o qual, o maior problema da produção se refere à “[...] ênfase por vezes um tanto normativa de vários trabalhos sobre gestão escolar [...]”, que se “[...] dedicam mais a demonstrar como a escola deve se organizar para ser democrática e menos a descrever e analisar como tem se organizado a gestão da escola, democrática ou não”.

Estas duas pesquisas confluíram para a formação de um quadro problemático que denunciou o caráter prescritivo das pesquisas nesta área de conhecimento e a sua impossibilidade de construção autocrítica de modo que a teoria passou a ser entendida como o lócus de um modo de ser que lhe impediam de ver elementos prescritivos em sua formação e assim produzir pesquisas que estabeleciam relações de causalidade com a escola.

Assim, a pesquisa atual se articula ao projeto anterior que questionou os rumos da teoria crítica no campo da Administração/gestão escolar e suas dificuldades em estabelecer novas relações entre teoria e prática que fugissem ao modelo prescritivo, mas o deixa para integrar um outro projeto que tem o objetivo de analisar os sentidos de gestão a partir do revezamento entre teoria e prática com os seguintes encaminhamentos metodológicos: desconstrução e reconstrução da História da Administração escolar, recuperando a leitura dos clássicos da área e a forma como suas obras foram categorizadas para fins didáticos de ensino da Administração escolar; análise das relações de poder e saber presentes na constituição da história da Administração escolar, que a partir dos anos 1990 passou a se integrar à Política, tendo sua denominação alterada para Política e gestão da educação; e contato, observação e análise de sistemas e escolas cujos processos de gestão e vivências de currículo permitam recuperar os sentidos presentes no cotidiano escolar que extrapolem aqueles comumente aceitos e divulgados pela área.

A partir destas indagações, consideramos a necessidade da busca de novos horizontes teórico metodológicos que propiciassem outros modos de fazer pesquisa pois, apesar da ruptura teórica que houve na área com a crítica dos primeiros escritos que se baseavam na teoria geral da administração para a afirmação dos estudos críticos de cunho marxista que significaram a gestão democrática como meio para a transformação social “[...] a área continua marcada pela lógica prescritiva que se confirma dos anos 1980 em diante, pois em “[...] tempos históricos diferentes, porém contínuos (de meados dos anos 1980 até os dias atuais), atribui à gestão democrática, a saída para os diferentes problemas que enfrenta a escola pública da atualidade” (ABDIAN; NASCIMENTO; SILVA, 2016, p. 471-472).

Com a percepção da centralidade da gestão democrática para as pesquisas na área da Administração escolar bem como do caráter prescritivo das mesmas, nos questionamos: quais são as práticas discursivas que compõem o discurso sobre gestão escolar democrática no Brasil?

Naquele momento, passou a nos interessar a buscar por novos horizontes teórico-metodológicos que apontassem para outros modos de fazer pesquisas e, para tanto, uma parte do trabalho seria o de mapear as tais práticas discursivas para interrogar a nossa formação enquanto pesquisadores.

Metodologia

A proposição do problema de pesquisa faz referência direta ao conceito foucaultiano de regime de verdade pois que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade [...]” (FOUCAULT, 1978, p. 12) que lhe define os processos de produção do conhecimento bem suas classificações em conhecimentos verdadeiros e falsos, os modos corretos de sua obtenção bem como o estatuto daqueles que são autorizados a lhe pronunciar.

Assim é que, experimentando o que chama de teoria do discurso de Michel Foucault, Fischer (2001, p.198) alerta que para analisar discursos pela perspectiva foucaultiana, é preciso uma primeira ação de desprendimento “[...] de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como conjunto de signos [...]” que exige uma figura do pesquisador como aquele que vai desvendar algo que carrega “[...] tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de ‘reais’ intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos”. Uma análise assim teria o discurso como algo que se deve usar para ir além do que está dito e ultrapassá-lo e “[...] no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele [...]” descobrir “[...] intocada, a verdade desperta então pelo estudioso” (FISCHER, 2001, p. 198).

Trata-se de “(...) não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. (FOUCAULT, 1986 apud FISCHER, 2001, p. 199).

Desse modo, é necessário citar que, pela perspectiva foucaultiana, os regimes de verdades são feitos a partir do discurso, sendo este, uma superfície composta por “[...] enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento [...]” que se utilizam de signos “[...] mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986 apud FISCHER, 2001, p. 199). É a partir de regularidades intrínsecas ao discurso que podemos mapear as práticas discursivas que se “[...] impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo” (FISCHER, 2001, p. 200) ou, mais ainda, entende-las “[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa [...]” (FOUCAULT, 1986 apud FISCHER, 2001, p. 204). Assim é que nos inserimos na área da Administração escolar, a partir de condições de uma função enunciativa.

Segundo (FISCHER, 2007, p. 51) o discurso contém perigos que precisam se tornarem claros para aqueles que lidam com suas práticas e efeitos e para isso precisamos nos perguntar “[...] que perigos a Educação enfrenta ou precisaria enfrentar, precisamente hoje, agora?” Trata-se então de mudar o foco e “[...] formular perguntas, aceitando que o estamos fazendo dentro as possibilidades daquele exato momento de ‘inauguração’ de nosso estudo [...]”, mas sempre atentos àquele “[...] cuidado de formular perguntas de um modo tal que elas não repitam simplesmente o que já está dado” (FISCHER, 2007, p. 55), e talvez tudo se trate mesmo de um rearranjo das coisas para formular uma outra coisa, uma outra crítica a partir “[...] de um genuíno estranhamento do pesquisados em relação àquilo que lhe é cotidiano e familiar” (FISCHER, 2007, p. 56).

Percebemos então que seria preciso mudar o foco das perguntas e questionar as práticas discursivas com as quais nos defrontamos enquanto pesquisadores pois é verdade que “[...] somos constantemente subjetivados, no meio científico e universitário, por uma série de conceitos, referenciais teóricos, práticas institucionais [...] que vão se tornando marcas quase obrigatórias na construção de nossos objetos de pesquisa [...]” (FISCHER, 2007, p. 56) e então se percebe que “[...] trata-se de romper com (ou pelo menos colocá-las em suspenso)

representações que muitas vezes habitam nossos próprios modos de pensar e existir acadêmicos [...] as quais temos muita dificuldade de questionar, de colocar sob provisória suspeita” (FISCHER, 2007, p. 56).

Foi assim que nos propomos a análise dos livros reunidos nos anos 1990 a partir do descritor “gestão democrática escolar”, no site *Google Acadêmico* para conjuga-los com nosso referencial teórico-metodológico e assim lhe descrever as práticas discursivas. Reunimos sete livros listados a seguir.

Tabela 1: livros autorais organizados por título, autor e ano de publicação

Gestão democrática na escola: arte e ofícios da participação coletiva	Dinair Leal da Hora	2007
Eleição de diretores: a escola experimenta a Democracia	Vitor Henrique Paro	2003
Gestão democrática da escola pública	Vitor Henrique Paro	2017

Fonte: Google acadêmico. Autoria própria

Tabela 2: coletâneas por título, autor e ano de publicação

Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos	Dalila Andrade de Oliveira (Org.)	1997
Autonomia da escola: princípios e Propostas	José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti (Org.).	2002
Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios	Naura Syria Carapeto Ferreira (Org.)	1998
Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos	Márcia Angela S. Aguiar (Org.)	2011

Fonte: Google acadêmico. Autoria própria.

Com as delimitações dadas pelo referencial teórico - metodológico delimitamos nosso problema afim de entender a formação da gestão democrática enquanto objeto constituído por práticas discursivas, que funcionam no meio acadêmico. O que é preciso dizer para falar de gestão democrática? Quais regras de formação discursivas são requeridas para que este discurso seja aceito como válido e/ou verdadeiro? Insistimos em questionar “[...] que perigos a Educação enfrenta ou precisaria enfrentar, precisamente hoje, agora?” (FISCHER, 2007, p. 51). Quais seriam os problemas urgentes que precisamos enfrentar, a partir nosso campo de atuação?

Resultados

Os nossos resultados de pesquisa nos possibilitaram mapear algumas práticas discursivas que funcionam como regras de formação atuante na área da Administração escolar a partir do recorte da gestão democrática. São elas: aquilo que denominamos vontade de sistema cujo funcionamento se expressa pelo princípio de subsunção exposto na conceituação de Vieira (2007, p. 60) que entende que “[...] a gestão educacional refere-se aos âmbitos dos sistemas educacionais; a gestão escolar diz respeito aos estabelecimentos de ensino; a gestão democrática, por sua vez, constitui-se num ‘eixo transversal’, podendo estar presente ou não em uma ou outra esfera” o que faz funcionar o imperativo da articulação ou integração das partes do sistema em que “[...] a política educacional está para a gestão educacional, como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim é lícito afirmar que a gestão da educação situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar se localiza na esfera micro” (VIEIRA, 2007, p. 63). Desta forma, as pesquisas passam a ter a formação fundamental que institui as leis maiores do país e sua necessária aplicação as escolas ou cotidianos escolares pois a gestão educacional é vista “[...] como espaço de ações dos governos, sejam eles federal, estaduais e municipais [...]” (VIEIRA, 2007, p. 61) e gestão escolar que “[...] refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino” (VIEIRA, 2007, p. 61).

Esta prática discursiva torna o discurso jurídico um caminho incontornável nas pesquisas pois, instituído um princípio desejável, a gestão democrática, resta aos pesquisadores analisarem as suas implicações ou aplicações pelos sujeitos que atuam em cada unidade escolar.

Assim é que as análises entre gestão democrática e capitalismo passam a reatualizar as discussões postas nos anos 1980 que classificam os autores pioneiros como aqueles que trazem para a administração escolar os princípios da administração empresarial, e os autores críticos que incorporam a esta área o referencial crítico marxista que faz a crítica dos primeiros textos e significam a gestão democrática como uma gestão para a transformação social (RUSSO, 2004).

Essas são apenas algumas das práticas discursivas que, ao proliferarem a partir do discurso da gestão democrática, formam as possibilidades enunciativas dos pesquisadores que adentram seu espaço e fala a partir das condições que lhe são apresentadas.

Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever as práticas discursivas sobre gestão escolar democrática no Brasil, através da leitura de livros selecionados da década de 1990, pela hipótese da existência de um regime de verdade nesta área de saber que desenha os

modos de produção, apropriação e circulação dos discursos verdadeiros. Evidenciamos a centralidade discursiva da gestão democrática a partir de ao menos três posicionamentos diferentes: um que a tomou como realização prática necessária à educação do país, uma vez que a teoria já estava sob sua égide (RUSSO, 2004); outro que, na análise da produção sobre o tema, evidenciou sua ampla presença nas pesquisas da área com forte teor prescritivo (SOUSA, 2006); e outro, que indicou a necessidade de novos horizontes teórico-metodológicos para as pesquisas, considerando que em tempos históricos diferentes, a gestão democrática é investida de protagonismo para a solução dos problemas da educação (ABDIAN; NASCIMENTO; SILVA, 2016).

Pudemos concluir pela existência de um regime de verdade que funciona na área da Administração escolar a partir das práticas discursivas que formam a gestão democrática como um objeto de desejo dos pesquisadores que se empenham na análise da sua concretização ou não nas escolas do país. Pela qualificação dos discursos como verdadeiros e falsos bem como pela delimitação das possibilidades do estudo proporcionado a partir temática em questão nota-se processos de subjetivação que informam a figura do pesquisador.

Concordamos com Garcia (2001, p. 36) quando diz que “[...] os discursos pedagógicos são práticas, são tecnologias, mistos de poder-saber e de técnicas que têm efeitos produtivos e práticos sobre os sujeitos a que se dirigem e os objetos de que tratam [...]” e que suas práticas produzem efeitos que “[...] vão além de um tipo de violência simbólica que a sociologia crítica da linguagem e da cultura costuma atribuir aos signos. Os discursos instituem campos de objetos, concorrem para a produção de formas de subjetividade [...]” que, ao adentrarem nos jogos de saber-poder postos em funcionamento “[...] estabelecem diferenciações, presenças, exclusões, saberes e verdades acerca de como pensar, ser e agir, quando os indivíduos estão investidos de certos papéis sociais e formas de autoridade”.

Então, somos assim formados para defender a gestão democrática. Porém, defendê-la não é falar de algo vazio e sem forma, pelo contrário. Enquanto uma formação histórica, trata-se de não fazer outra coisa que participar do regime de verdade formado pelas regras de formação que regem a dispersão dos enunciados. O primado da teoria sobre a prática e a figura do intelectual de vanguarda que daí decorre; a fundamentação jurídica da educação e da gestão democrática fazendo dos discursos jurídicos nossos espaços colaterais; a formação de um novo polo de legitimidade ou a formação de um novo e vital sujeito participativo que confere legitimidade aos processos educacionais, a comunidade da escola. Todas estas regras desenham nosso campo possível: de problematizações; de proposições de pesquisa; de estudos teóricos; de escrita e leitura; de ações. Contudo, se a nossa teoria já é uma ação, e

funciona neste regime de verdade fechado sobre si mesmo, que nos limita a responder a questão de como viabilizar praticamente a gestão democrática, acreditamos que não é preciso uma subjetividade crítica, mas uma crítica da nossa formação crítica” (CARVALHO, 2021, p. 78).

Concluiu-se, assim, pela necessidade de se fazer a crítica a nossa subjetividade enquanto pesquisadores, já que seríamos participantes de um regime de verdade que cobra o seu preço por tal participação. O preço de se enredar na produção de um conhecimento do tipo prescritivo que acaba por impedir o avanço do próprio conhecimento. Como pensar o conhecimento de outro modo? Como fazê-lo avançar? Talvez seja a nossa subjetividade enquanto pesquisadores seja o problema urgente do nosso tempo.

Referencias

ABDIAN, Graziela Zambão; NASCIMENTO, Paulo Henrique Costa; SILVA, Nathália Delgado Bueno da. Desafios teórico – metodológicos para as pesquisas em Administração/Gestão educacional/escolar. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 465-480, abr./jun. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Mônica Gomes de. *Discurso sobre gestão escolar democrática no Brasil (1980-1990)*. 2021, 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesqui.* São Paulo, n. 114. p. 197-223, nov. 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p. 49-71.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 1-14.

GALLO, Sílvio; FIGUEIREDO, Glaucia Maria. Entre maioria e minoria: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. *Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, v. 9, n 14, p. 25-51, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Relações macro/micro nas pesquisas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n. 129, p. 619-635, set/dez. 2006

RUSSO, Miguel Henrique. Escola e paradigmas de gestão. *Eccos*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 25-42, 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *Perfil da Gestão Escolar no Brasil*. 2006, 302 p. Tese. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Sofia. Leache. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *RBPAE*, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2006.